

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: _____

Data: 18/11/80

Pg.: _____

Novo habeas corpus para Juruna viajar

E o deputado José Costa pede urgência na liminar

Destacando a necessidade de o tribunal conceder de imediato a liminar requerida, a fim de que o direito de viajar do Cacique Juruna não seja tolhido, a Constituição Federal violentada, e os índios garantidos pelo Estatuto dos Índios, o deputado José Costa, do PMDB de Alagoas ingressou, à tarde, com novo pedido de "habeas corpus" em favor do líder Xavante que pretende, com a medida, participar como jurado, do Tribunal Russell, na Holanda, no período de 23 a 30 do mês em curso.

Na petição, que foi protocolada no TFR sob o nº 4.880 ("habeas corpus"), o advogado, que atualmente representa o seu Estado na Câmara dos Deputados, acentua que a nova medida decorre da exigüidade de tempo disponível para Mário Juruna chegar à

Holanda a tempo de participar dos trabalhos do 4º Tribunal Russell, a instalar-se em Rotterdam, sendo que a negativa do pedido evidentemente causará a irreparabilidade dos prejuízos que terá, se o constrangimento abusivo e ilegal praticado pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, e do diretor-geral da Polícia Federal, Moacir Coelho, for mantido, sem a concessão da liminar liberatória para que viaje. O deputado, endossando os dois pedidos anteriores que se encontram no TFR (sem pedido liminar requerido, entretanto), sustenta que o Cacique está sendo tolhido no seu direito de locomoção, ato este que está a ferir ainda o artigo XIII, da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Este artigo reza que todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este

regressar.

PRIMEIRO "HABEAS CORPUS"

O primeiro pedido de "habeas corpus" impetrado no TFR ainda aguarda as informações que o ministro-relator, Adhemar Raimundo, requereu àquela autoridade na última sexta-feira. Além desse pedido, com o mesmo ministro, o TFR protocolou também um mandado de segurança impetrado naquele tribunal através de telex, de Porto Alegre, que igualmente se encontra aguardando informações.

O prazo para a chegada das informações requeridas ao ministro Andreazza é de cinco dias, sendo que o requerimento nesse sentido foi encaminhado na mesma sexta-feira que o processo deu entrada no TFR.

Xavante garante não falar mal do país, "minha terra"

No restaurante do Tribunal Federal de Recursos, onde almoçou enquanto aguardava o seu advogado, o Cacique Mario Juruna conversou bastante com as pessoas que o procuraram para saber se viajaria ou não à Holanda.

Sobre o assunto, ele afirmou ter que viajar, "pois além de ter sido convidado é um direito meu. O índio não é tutelado para ser proibido de viajar. Se quiserem saber o que vou falar, podem mandar alguém comigo. Acho que estão pensando que vou falar mal da minha Terra, e não é isso. O que tenciono é falar dos problemas que o índio atravessa,

e o que quer pleitear das autoridades brasileiras e internacionais. Tenho esse direito, que é dos índios, e hei de conseguir viajar. Confio na justiça. Índios não querem ser tutelados apenas para ver negados seus direitos.

Sobre o fato de não ser, no caso, o ministro do Interior a autoridade que o proibiu de viajar, Juruna indagou:

— "Então para que serve o ministro do Interior, se não tem voz ativa sobre a Funai, que é órgão dela? Se foi a Funai que proibiu, então está na hora do ministro do Interior dizer que pos-

so viajar, não acha?". E acrescentou:

— "Não sei por que estão fazendo tudo isso. Eu não sou comunista. Esta Terra foi primeiro dos índios, e nós só queremos o seu bem. Mas é claro que queremos preservar nossos direitos, como os índios de todos os países que, como nós, lutam com dificuldades. O que queremos é brigar, embora pacificamente, pelas nossas terras, pela nossa gente, pelos nossos filhos. E é isso que quero deixar claro lá na Holanda. Não quero agredir meu país e os brasileiros."